

**PROCEDIMENTOS INICIAIS
DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE
COLETAS ARQUEOLÓGICAS
NO LABORATÓRIO
DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUEOLOGIA - UFRB***



LUYDY ABRAHAM FERNANDES**
CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA***

Resumo: a passagem dos registros de campo para a forma normatizada adotada nos museus e laboratórios é um momento crítico na formação das coleções que poderão realmente ser fontes confiáveis de futuras pesquisas. Durante esse processo o principal problema a ser evitado é a perda da informação. Tendo como base a entrada de uma coleta de campo arqueológica no Laboratório de Documentação e Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LADA/UFRB) esse artigo foca tal passagem, mostrando o processamento das peças em dois vieses: 1) o protocolo de procedimentos práticos de manejo dos itens; 2) os registros documentais museológicos gerados ao longo do processamento dos objetos. O resultado de tais rotinas é a elaboração de um arrolamento das peças que assegure a manutenção das informações de campo, bem como consolide os dados produzidos durante os procedimentos de registro do acervo coletado.

Palavras-chave: Protocolo de Documentação. Práticas de Laboratório. Controle de Coleção Arqueológica.

O presente artigo consiste na apresentação didático-descritiva de um caso: o protocolo de processamento de coletas arqueológicas no LADA/UFRB. Não é nosso intento problematizar profundamente a relação entre museologia/museólogos e arqueologia/arqueólogos; se não, mostrar o que de fato ocorre no manejo de coletas de campo a partir de sua entrada até a disponibilização para a futura pesquisa, exposição, publicação. Tam-

* Recebido em: 21.01.2018. Aprovado em: 10.03.2018

** Doutor em Antropologia com concentração em Arqueologia. Professor do curso de Museologia da UFRB. *E-mail:* luydyabraham@gmail.com

*** Doutor em Arqueologia. Professor do curso de Museologia da UFRB. *E-mail:* solracoteb@gmail.com

bém não abordaremos práticas inovadoras de campo ou laboratório, informatizadas, digitalizadas, de alto custo, pois sabemos que essa não é a situação real da maioria dos espaços universitários atualmente. As práticas aqui descritas desenvolveram-se ao longo do ano de 2014¹ e visam àqueles que trabalham nos laboratórios das universidades públicas, cujas reservas técnicas e espaços de pesquisa com acervos têm, de fato, volumosas coletas ensacadas com etiquetas de papel, cadernetas de campo e muitas outras formas de registro que são tidas como práticas questionáveis, contudo, representam uma realidade para a qual o fechar de olhos ou o simples omitir das publicações não resolve. Cabe, sim, expor o problema para que museólogos e arqueólogos o equacionem com soluções compreensíveis, viáveis e aplicáveis a esses ambientes, com os quadros e os recursos disponíveis.

A aproximação entre a museologia e a arqueologia tem um histórico de produção acadêmica brasileira que remonta há pouco mais de 30 anos (COSTA; COMERLATO, 2014, p. 116). No LADA essa aproximação é feita a partir da documentação museológica, na qual ações de registro corriqueiras da práxis arqueológica são previstas e introduzidas no protocolo de ações documentais museológicas. Tal *continuum* documental decorre do processo de convergência entre os procedimentos das duas esferas de conhecimento, uma vez que as formas de registro arqueológicas entraram em sintonia com as museológicas desde o início das atividades. Em última análise, tanto os arqueólogos quanto os museólogos participaram ativamente de todo o processo de geração dos acervos arqueológicos já na entrada da instituição de guarda, na aquisição por pesquisa. Ademais, ainda que pese a relevância dessa interdisciplinaridade, são pontuais e relativamente recentes as contribuições de documentação museológica que prevejam a associação de práticas de dois campos de conhecimento na produção de um registro comum (BOTALLO, 1996; COSTA, 2007; BALLARDO, 2013).

Na documentação museológica em geral, rotinas práticas para o tratamento de artefatos em reservas técnicas e laboratórios devem contemplar normas básicas. Concomitantemente, o manejo e sistematização de acervos implica em constantes revisões, dentro dos limites traçados no âmbito das perspectivas conceituais. Desta forma, o pensar e o executar a documentação requer um embasamento construído pela literatura. Para Helena Dodd Ferrez a documentação museológica é:

o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem. [...] é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar [...] as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p. 65).

Heloisa Barbuy aponta o caráter cotidiano contínuo do “registro sistemático de informações pertinentes a cada unidade de acervo e constitui-se em atividade institucional interna, rotineira” (BARBUY, 2002, p. 71). Já Cândido alerta que “o sistema de documentação deve garantir, ainda, que certos dados sobre os objetos sejam documentados antes ou concomitantemente à sua entrada no museu, evitando-se o risco de perdê-los” (2006, p. 36). Pouco adiante, a mesma autora sugere as formas de registros dos dados por meio da “obediência a normas e procedimentos pré-definidos, os quais devem estar consolidados em manuais específicos (práticas de controle de entrada e saída de objetos, de registro, classificação, inventário, indexação, etc.)” (CÂNDIDO, 2006, p. 36).

Portanto, estabelecida a essencialidade da documentação museológica para os acervos, percebe-se o quão é necessário a cada instituição criar, testar, divulgar e revisar constantemente seus protocolos de processamento dos objetos. A elaboração de tais medidas tem lugar privilegiado durante a prática da documentação museológica, pois este é o momento para estipular e explicar detalhadamente de que forma as etapas são construídas ao longo da execução dos registros. Partindo das notas, relatos, etiquetas da pesquisa de campo e pela forma de recebimento dos artefatos inicia-se o seu processamento em laboratório até alcançar um arrolamento² sistemático e organizado dos dados e objetos trazidos pelo pesquisador. Conforme Renata Cardozo Padilha o arrolamento é o primeiro reconhecimento detalhado do acervo pela contagem e criação de uma lista numerada para controle e identificação de todos os objetos. É uma ação fundamental para conhecimento geral e segurança do acervo, sendo imprescindível o registro em um livro do que foi arrolado (PADILHA, 2014, p. 41).

Em museus com políticas de aquisição de acervo mais restritivas, tais como os memoriais, as entradas são muito esporádicas ou mesmo inexistentes. Em contraste, nos museus com entradas de acervo constantes, tais quais aqueles ligados às instituições de pesquisa, como os museus universitários com temática de arqueologia, o crescimento do acervo é vertiginoso e exponencial. Nessas instituições a prática da documentação museológica deve ser constante e volumosa. Por tais razões, a sistematização de procedimentos e instrumentos precisa ser bem detalhada, de modo que se possam cumprir criteriosamente todas as etapas sem prejuízo nem perda de informação proveniente do campo. Para tanto lembramos Bottallo, para quem:

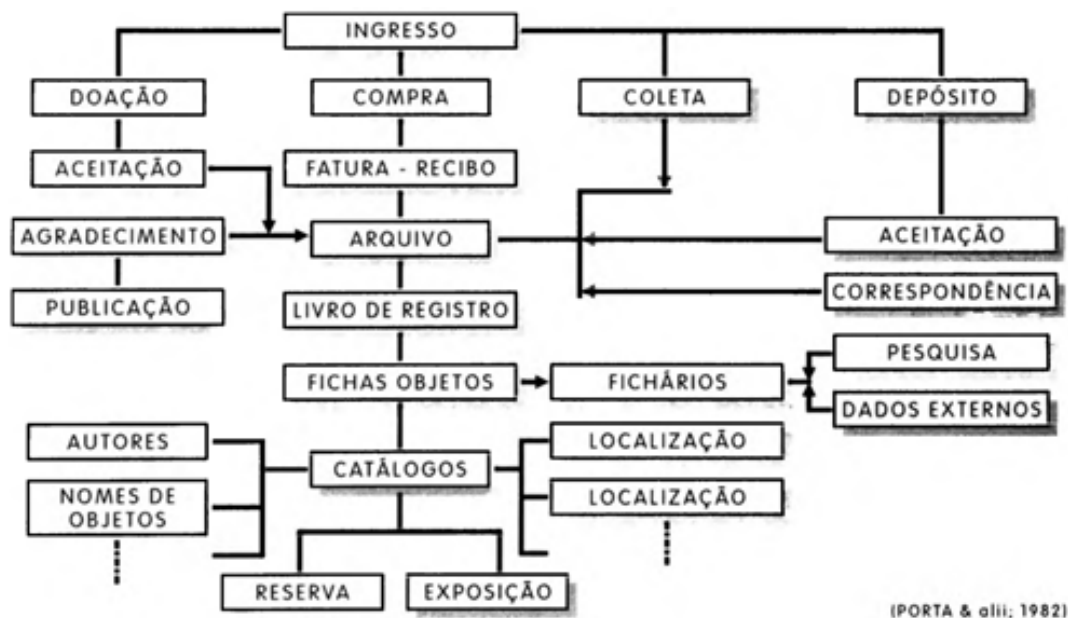
a documentação museológica deve ser padronizada, e, para que isso seja claro para todos os envolvidos no processo de catalogação, será muito importante criar e sistematicamente rever os manuais de procedimentos de catalogação com regras para a utilização e preenchimento de cada campo da ficha (BOTTALLO, 2010, p. 54).

Curiosamente, na contramão do que preconiza Bottallo, não é incomum que objetos derivados de pesquisas arqueológicas recentes que constituem novas entradas de acervo cheguem aos museus ou instituições de guarda e pesquisa com perdas de dados extrínsecos (dados contextuais, que não estão no objeto). Embora indesejável essa situação não ocorre, necessariamente, por negligência dos profissionais envolvidos, mas por pequenos acidentes em campo, na guarda transitória, nas constantes movimentações dos acervos, no transporte ou por problemas de conservação. Esse fator revela a importância do estabelecimento de procedimentos prévios documentais mínimos com padrões rígidos, indexados e coesos que permitam assegurar o controle, a recuperação da informação e evitem perdas de dados. É justamente nesse fato que reside a relevância da apresentação dos procedimentos, passo a passo, que as instituições de salvaguarda do patrimônio arqueológico adotam na recepção e controle de novos acervos, respeitando as suas realidades estruturais. Em síntese, essa apresentação é feita por questões pedagógicas, para auxiliar nos cursos de formação e para profissionais que vivenciam realidades semelhantes.

Outra consideração importante é que nos últimos dois anos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) atualizou seu corpo normativo relacionado à conservação e guarda dos artefatos arqueológicos com a publicação, especificamente, da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015 e da Portaria Minc/Iphan nº 196, de 18 de maio de 2016. Tais normas impõem a obrigatoriedade aos museus, instituições

de guarda e pesquisa, da adoção de novos procedimentos para o controle, conservação e salvaguarda dos acervos arqueológicos, fazendo-as revisarem e explicitarem, em curto prazo, seus procedimentos de gestão dos acervos. Nesse mesmo campo, é passível de nota a existência de um corpo normativo relativamente recente na esfera museológica, em especial a Lei federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (Estatuto dos Museus), que obriga as instituições de natureza museológica a se adequarem, a médio e longo prazo, a novos procedimentos de gestão e socialização do patrimônio musealizado.

Em face dessa advertência, o presente artigo demonstra a sistemática do processamento inicial de coletas arqueológicas, tal como se pratica no Laboratório de Documentação e Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LADA/UFRB), até chegarmos a um primeiro resultado da documentação museológica definida acima por Padilha, isto é, o arrolamento (PADILHA, 2014, p. 41). Num quadro geral, podemos sintetizar a documentação museológica na forma de um organograma, conforme o exposto por Suely Moraes Cerávolo e Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, no qual figura o ingresso, coleta e arquivo seguindo para os demais processos de registro:



(PORTA & alii; 1982)

Figura 1: Organograma das grandes fases da documentação museológica.
 Fonte: PORTA *et al.* apud CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p. 246.

Em suma, para situar o leitor, tomando tal organograma que expõe uma versão de cadeia operatória da documentação museológica, a proposta desse artigo situa-se antes da elaboração do ‘Livro de Registro’, embora fixe também os chamados ‘Dados Externos’, de ‘Pesquisa’ e de ‘Localização’, conforme se pode constar no resultado final (vide adiante Tabela 3). Noutras palavras, não pretendemos dar conta do processo todo, porém, de um trecho com possibilidades sensíveis de perdas informacionais, sobretudo de dados extrínsecos irrecuperáveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COLETAS ARQUEOLÓGICAS

O registro das informações relacionadas aos objetos arqueológicos no momento da coleta constitui procedimento imperativo na arqueologia. Isso porque, para

a construção da informação arqueológica, o objeto sozinho torna-se pouco relevante como documento que permita compreender as diferentes ocupações humanas (passadas ou presentes). Interessa, sim, o objeto relacionado aos demais, identificado nas suas posições específicas, associado numa estratigrafia e distribuído no espaço de um território, com vista a possibilitar a compreensão dos contextos sociais donde emergem. Esse conjunto de relações que vai do objeto ao território é a base para as interpretações arqueológicas, para a compreensão das diferentes culturas (HODDER, 1988). No âmbito dessas informações torna-se importante o histórico de “vida” do objeto, do seu planejamento à coleta da matéria-prima, produção, transporte, comércio, uso, desuso, reuso e descarte. Em outros termos, interessa a compreensão do contexto sistêmico (próprio do objeto) e do contexto arqueológico (do espaço onde estava o objeto, o sítio arqueológico) (SCHIFFER, 1972). Transpondo essa noção para uma linguagem comum à museologia, interessa compreender as “informações intrínsecas e extrínsecas” do objeto (MENSCH, 1990, p. 59).

No campo da arquivologia esse conjunto de dados que possibilita a compreensão ampla e orgânica do objeto, que na arqueologia chamamos de contexto, é conhecido como fundo documental, que pode ser melhor compreendido como “um conjunto de documentos produzido e armazenado por uma mesma fonte geradora, no decorrer de suas funções, mantido de forma orgânica e protegido com a finalidade de provar ou testemunhar algo legal ou cultural” (PADILHA, 2014, p. 16).

No caso dos documentos escritos, na maioria das vezes há a possibilidade de preservar o fundo documental pelo conhecimento da fonte geradora, locais dos documentos, épocas, dados históricos, sociais etc, de forma a compreender e contextualizar de maneira ampla as relações internas e externas no processo de documentação museológica. No entanto, para os objetos arqueológicos, indiferente do seu período, o contexto arqueológico também é fonte primária e orgânica de informação, de forma que absorver esses dados na documentação museológica torna-se a única possibilidade de manutenção do fundo documental.

Feitas essas considerações, demonstraremos como foram elaborados e aplicados protocolos de ações no LADA/UFRB num caso concreto, criados como um sistema padronizado de ações, coeso, claro e acessível, de forma que todos que o utilizam no laboratório facilmente compreendem o seu conteúdo e aplicação. Tomaremos como exemplo uma coleta acontecida na zona rural do município de Muquém do São Francisco, região Oeste da Bahia, em dois grandes sítios arqueológicos a céu aberto onde os artefatos estavam visíveis em superfície.

Trata-se de restos de cerâmicas, lascas e instrumentos líticos³ que, no passado, corresponderam a duas amplas aldeias filiadas pelos arqueólogos à Tradição Aratu⁴. Na Bahia tais sítios são comumente diagnosticados pela cerâmica bem queimada, pasta resistente e acabamento alisado. Concomitantemente, o elemento mais significativo nestas antigas aldeias é a presença de enterramentos primários e indiretos em urnas funerárias piriformes, em cujo bojo os corpos eram depositados em posição acorçada (CALDERÓN, 1969; 1971; 1974). Atualmente, a superfície dos sítios é usada como pastagem para o gado e para o cultivo eventual de milho. Na época da coleta, em novembro de 2013, as primeiras chuvas haviam caído. No entanto, o capim ainda estava baixo e ralo o suficiente, para permitir a visualização dos artefatos e o milho não havia sido semeado. Em algumas zonas erodidas ou sem a presença de cobertura vegetal, a coleta foi facilitada. Lascas de pedra e fragmentos cerâmicos compõem a série recolhida.

Um aparelho GPS (sistema de posicionamento global via satélite) indicava a posição de cada uma das peças recolhidas, os registros foram ilustrados com uma máquina fotográfica digital e por apontamentos em caderneta de campo. O procedimento adotado, de modo simplificado, consistia em plotar-se a posição do artefato no solo, retirá-lo e o envolver em papel jornal⁵, fechar este embrulho com uma fita adesiva na qual se registrava uma letra maiúscula, que representava o sítio e o número sequencial da plotagem do GPS. Desta forma, o ideal seria obter uma embalagem cujo conteúdo fosse uma única peça e para a qual seria dado um número exclusivo da coleta do GPS. Como várias peças foram recolhidas mais ou menos no mesmo ponto, aconteceram duas variáveis nesse procedimento de coleta:

- 1 Mais de uma embalagem contendo um único objeto que receberam o mesmo número sequencial do GPS;
- 2 Mais de uma peça foi colocada na mesma embalagem que recebeu um número de GPS (tais variáveis estão refletidas na tabela 1 e na tabela 2 do arrolamento).

Essas duas variantes aconteceram devido ao fato de que mais de uma peça provinha do mesmo ponto indicado pelo GPS. Noutras palavras, vários itens teriam a mesma informação no registro de campo.

Os arqueólogos reuniram todos os itens coletados em grandes sacos plásticos e os entregaram ao laboratório para o processamento. Desta forma, o que se recebeu foram 4 sacos plásticos grandes contendo centenas de artefatos embrulhados e identificados com etiquetas adesivas com um código alfanumérico que eventualmente apresentava repetições. O museólogo encarregado da documentação frequentemente se depara com situações dúbias e confusas análogas. Abaixo é proposto um procedimento simples, descrito de forma detalhada, que permite a triagem da coleção obtida nessas condições, ao mesmo tempo em que assegura a manutenção daquela informação mínima de campo, ainda que codificada, mesmo sem conhecer plenamente o significado desse código.

PROCESSAMENTO DAS COLEÇÕES

1º Passo – Arrolamento das coletas de campo

Em face aos dados da coleta, a tabela inicial de arrolamento terá as seguintes colunas: ‘Saco número’, ‘Identificação de embrulho’ e ‘Obs’ (Observações). A coluna ‘Saco número’ será a de entrada, a primeira, e justifica-se por haver mais de um saco. Como não foram numerados, será necessário aplicar uma numeração sequencial inicial apenas para controle. A coluna ‘Identificação do embrulho’ é necessária para que nela se copiem os códigos alfanuméricos que constam nas etiquetas de cada invólucro de papel jornal. Por fim, a coluna ‘Obs’ é onipresente na documentação museológica e ali se apontam as eventualidades dignas de nota. Como exemplo, pode-se pensar em algo como: ‘invólucro rasgado’ ou ‘invólucro vazio’ ou ‘peça solta sem identificação’.

Tabela 1: Arrolamento

Saco número	Identificação do embrulho	Obs
01	A 01	
01	A 02	

contua....

01	A 03	
01	A 03	
02	A 04	
02	A 05	
03	B 09	
03	B 09	
03	B 09	
03	B 10	
03	B 11	
03	B 11	
03	B 11	

2º Passo – Abertura dos invólucros de papel jornal

Mesmo com o arrolamento iniciado é necessário que se mantenham os grupos identificados conforme a numeração dos sacos e pelos sítios de origem. A explicação de tal cuidado reside no fato de não se saber por qual motivo aquelas peças foram agrupadas naqueles sacos, ou seja, pela necessidade de preservação das circunstâncias da coleta de campo. É bem provável que se tratasse apenas de um agrupamento expedito, para efeitos de ensacamento e transporte dos artefatos. Contudo, quando se elabora a documentação museológica na ausência de dados não há espaço para supor, deve-se manter a informação vinda de campo, ainda que não textual, como é o caso dos agrupamentos nos sacos.

Desta forma, trabalha-se sempre mantendo os mesmos objetos agrupados, conforme os sacos e sítios arqueológicos de onde provieram, e abrem-se as embalagens de jornal identificadas no arrolamento como ‘Saco 1’. Com cuidado a etiqueta alfanumérica é retirada da embalagem, rasgando-se a parte do papel onde está aderida a fita, e colocada em uma bandeja. Sobre essa identificação é posta a peça ou as peças, caso haja mais de uma por embalagem. Repete-se esse procedimento até todos os invólucros do saco 1 serem abertos. Depois, todas as bandejas contendo as peças sobre suas respectivas identificações de campo recebem a identificação ‘Saco 1’. Por praticidade, optamos por fazer essas identificações escrevendo-as em fita crepe. A fita é aderida às bandejas e com isso evita-se que acidentalmente, por ação do vento ou de alguma distração, a informação de campo se separe das peças coletadas. Terminado o procedimento a fita é facilmente descolada da bandeja que fica pronta para outros usos. Repete-se o mesmo procedimento para todos os sacos.

3º Passo – Etiqueta provisória

Como foi notado durante a abertura dos invólucros que há mais de uma peça para a mesma informação de campo, é necessário agora individualizar tal dado para cada um dos itens coletados. Este procedimento é uma das bases para o registro e manutenção da informação museológica, ou seja, para cada item da coleção devemos ter um código que o acompanhe. Muito embora o dado de campo ainda não seja um código único individual, esse passo caminha para tal direção, ligando a cada peça uma

informação. Por outro lado, a fita com a informação de campo aderida no pedaço de jornal rasgado está suja, é irregular, mostra uma caligrafia não normatizada, sendo inadequado manter esse retalho para as próximas etapas. Com isso, o que deve ser feito é recortar uma série de papéis de tamanho apropriado (etiquetas provisórias), para neles copiar exatamente o código alfanumérico e colocá-los sob as peças nas bandejas, em substituição à informação de campo preexistente. Nesse momento, para cada objeto há que ser feita uma etiqueta e para os casos de vários objetos com o mesmo dado, o mesmo número de etiquetas deve ser replicado até que sobre cada uma delas haja apenas um único artefato.

4º Passo – Higienização

Cada classe de artefatos, e aqui se escolhe o critério da matéria-prima ao pensar em classe, requer uma higienização com cuidados peculiares (FRONER, 1995; MESQUITA, 2007). Por isso mesmo, ainda mantendo a divisão por sacos, separam-se os fragmentos cerâmicos das lascas de pedra. Nesse momento retoma-se o arrolamento, inserindo a coluna correspondente a ‘Classe’ (tabela 2). Tal inserção serve para registrar esse dado que foi constatado apenas depois de abertas as embalagens e também para controlar esses dois subgrupos estabelecidos, que exigirão uma atenção diferente na higienização. Ainda que para o arrolamento seja indiferente a inserção dessa coluna, pois o código de coleta alfanumérico se manterá o mesmo, não há como prever os desdobramentos desse novo dado e, por isso, não há como ignorá-lo ou descartá-lo. Desta maneira, a inserção registra a presença de mais de um objeto por embalagem e também que são peças de matéria-prima diferentes.

Os fragmentos cerâmicos são lavados um a um com os dedos ou uma esponja macia para evitar danos ao tratamento de superfície. Nessa ação, todo o cuidado deve ser empenhado para que não aconteça a desvinculação entre o objeto e sua etiqueta provisória ou, ainda, que esta não se desfaça pela ação da água. Depois de higienizado o fragmento volta a assentar sobre sua etiqueta, ambos são postos agora em uma bandeja exclusiva para a cerâmica. Identifica-se essa bandeja pela adesão de uma fita, na qual se anota o número de origem do saco. Caso seja necessário, a etiqueta provisória molhada, manchada e borrada deve ser refeita. Por se tratar de material poroso, pelo menos 3 dias são precisos para a secagem dos fragmentos. Os mesmos procedimentos acima descritos de separação, lavagem, reprodução da etiqueta e identificação da bandeja exclusiva devem ser feitos com as lascas de pedra. Estas, por sua matéria-prima, demoram menos tempo na secagem.

Tabela 2: Arrolamento

Saco número	Identificação do embrulho	Classe	Obs
01	A 01	Lítico	
01	A 02	Cerâmico	
01	A 03	Lítico	Duas peças na embalagem
01	A 03	Lítico	Duas peças na embalagem
02	A 04	Cerâmico	
02	A 05	Cerâmico	
03	B 09	Lítico	Três peças na embalagem

continua...

03	B 09	Cerâmico	Três peças na embalagem
03	B 09	Cerâmico	Três peças na embalagem
03	B 10	Lítico	
03	B 11	Lítico	Três peças na embalagem
03	B 11	Lítico	Três peças na embalagem
03	B 11	Lítico	Três peças na embalagem

5º Passo – Marcação (Pré-Marcação – Base – Marcação – Verniz)

Recomenda-se que as marcações de itens museológicos sejam semipermanentes (CAMARGO-MORO, 1986, p. 57), obedecendo ao sistema estabelecido pelo museu que será o detentor e responsável pelo acervo. O LADA emprega o sistema bipartido alfanumérico, cujos campos exprimem, nessa ordem, a origem da peça e a sua numeração sequencial. Desta forma a primeira parte da marcação é constituída de duas letras maiúsculas, separadas com um ponto (.) da segunda parte composta por algarismos arábicos. Com esse sistema, os sítios arqueológicos são codificados pela sigla de duas letras e, dentro de cada sítio ou de cada sigla, se faz a numeração corrida das peças. Exemplificando para o caso em pauta, um dos sítios é codificado como RE, ao passo que o outro recebe as letras PP. Desta forma, obtém-se a sucessão RE.01; RE.02; RE.03, etc. para o primeiro sítio e PP.01; PP.02; PP.03 e assim por diante para o segundo sítio. Como as siglas não se repetem está eliminada a possibilidade de equívoco na individualização de cada item do acervo. Tal sistema permite um total de 736 siglas (26x26 letras do alfabeto latino), amplitude que o torna viável por um grande período de tempo. Caso se atinja o seu limite, basta adicionar uma terceira letra maiúscula à sigla para multiplicar novamente por 26 o número de combinações.

Pré-Marcação

Depois de lavadas e secas cada uma das peças repousa sobre sua etiqueta provisória cujos dados de origem estão ali preservados. Para garantir a associação entre a marcação da peça e as suas informações anota-se a marcação nesta mesma etiqueta provisória. Tal cuidado configura a pré-marcação (CAMARGO-MORO, 1986, p. 55) ou marcação provisória e, embora amplamente negligenciada por ser tida como perda de tempo, evita os enormes aborrecimentos causados por erros na marcação. Os mais comuns desses erros devem-se à falta de atenção que gera números pulados ou repetidos. Com esse procedimento ainda é possível que mais de uma pessoa trabalhe simultaneamente ou que pessoas diferentes cuidem da marcação de um acervo em dias separados, bastando atentar em apenas copiar a marcação contida nas etiquetas de papel, passando-as para a peça. O procedimento de marcação usado no LADA requer três fases: 1) aplicação da base; 2) marcação; e 3) aplicação do verniz.

Aplicação da Base

353 Tem a função de impedir que a tinta penetre no objeto a ser marcado, além de permitir uma posterior remoção da marcação, em geral para corrigir algum erro, sem

danificar a peça. Consiste na aplicação de uma camada de esmalte de unha incolor, na superfície mínima necessária para que se escreva o código de marcação da peça. Com o treino e dedicação essa área de aplicação da base convencionou-se em um retângulo de 3x5 milímetros. Entretanto, caso a peça seja de tamanho compatível, nada impede que se faça uma cobertura maior, de 5x7 milímetros. Aguarda-se no mínimo um dia em sala com desumidificador ou então até a total secagem do esmalte, antes de seguir à próxima etapa. Se o esmalte não estiver enrijecido o nanquim da caneta não se fixará sobre ele.

Marcação

Propriamente dita é a grafia do código da peça, feita com caneta nanquim nº 0.1, sobre a base. Tanto se usam canetas nanquim descartáveis como aquelas de desenho técnico com reservatório reabastecível. As descartáveis são mais práticas, não entopem e não vazam. Todavia, deve-se ter o cuidado de não pôr muita pressão na sua ponta porosa, pois isso faz com que ela se quebre, esmague ou que recue, inserindo-se no tubo de metal. Em qualquer dessas hipóteses a caneta se danifica e não mais escreve. As canetas reabastecíveis têm as desvantagens indicadas antes e requerem limpeza após o uso. Contudo, pode-se enchê-las com nanquim branco, indispensável para marcação de peças arqueológicas escuras, particularmente artefatos líticos. Aguarda-se pelo menos mais um dia para a secagem em sala com desumidificador. Caso o nanquim não esteja seco, a camada de verniz a ser aplicada na próxima etapa danificará a marcação.

Aplicação do Verniz

Última camada que se aplica para proteger a marcação da peça evitando o seu desgaste ou que se torne ilegível. Deve ser aplicada com uma única suave pincelada contínua, que recobre todo o código de marcação. Evita-se mais de uma pincelada, pois isso pode alterar, borrar ou mesmo remover a marcação de nanquim. Aguarda-se, por fim, ao menos mais um dia em sala com desumidificador até a completa secagem do verniz, para que se possa colocar a peça em saco plástico. Caso o verniz não esteja completamente seco, corre-se o risco dele aderir à embalagem plástica na qual será guardada a peça.

6º Passo – Embalagem e acondicionamento

Para salvaguardar o acervo arqueológico o ideal é colocar cada peça individualmente em um saco plástico de dimensões adequadas para abrigá-la. Especialmente fragmentos cerâmicos com decoração pintada sofrem com os entrecosques se vários ficarem em um único saco. O mesmo se dá em escala ainda mais acentuada com artefatos líticos que, pela sua dureza, causam escoriações uns aos outros quando embalados em conjunto. Portanto, deve-se evitar esse agrupamento. Os sacos com os objetos são lacrados com arames encapados e cada saco recebe uma etiqueta adesiva na qual consta a sua marcação. Por ser bastante prática a fita de papel adesivo, fita gomada ou fita crepe atende bem a tal emprego, podendo ser cortada na dimensão que se desejar, sendo possível nela escrever com canetas esferográficas ou porosas e aderindo facilmente ao saco plástico. Esse cuidado facilita a identificação da peça sem a necessidade de abrir o saco, o que poupa bastante tempo quando se procura um item em particular em meio a centenas deles.

Todos os sacos com as respectivas peças devem ser acondicionados em caixa arquivo de poliondas. Há uma tendência a se usarem apenas as caixas brancas, sem pigmentação, pois esta prejudicaria as peças acomodadas. Porém, como cada um dos objetos está dentro de um saco plástico, a presença do pigmento não lhes seria tão prejudicial e o uso das cores auxilia bastante na organização de conjuntos maiores, que tanto podem representar os sítios arqueológicos, como municípios ou ainda uma determinada matéria-prima, a depender da sistematização e das necessidades da instituição. Por fim, as caixas também recebem uma etiqueta adesiva de identificação na qual é registrado o nome do sítio de origem das peças, quais peças estão ali acondicionadas e outra informação complementar julgada relevante. No caso do LADA indicamos nas etiquetas das caixas arquivo (figura 2) também qual é a matéria-prima, ou seja, para a coleta descrita nesse artigo, se são líticos lascados ou se são fragmentos cerâmicos que estão na caixa.

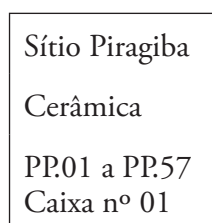


Figura 2: Exemplo de etiqueta aplicada na caixa arquivo e suas informações

Finalizado o acondicionamento, todas as caixas podem ser numeradas e ocupar os pisos contíguos de uma ou mais estantes. É usual numerarem-se os pisos e também identificarem-se as estantes para que se componha um mapa de localização dos acervos melhor detalhado. Outro cuidado necessário é com a imobilização das estantes. Como os acervos arqueológicos reúnem bastante peças e, na soma, são muito pesados, é oportuno travar as estantes, isto é, prendê-las umas às outras, evitando que adernem ou cedam pelo peso. As estantes comumente em uso são padronizadas e apresentam um alinhamento de orifícios para os pisos. Para travá-las basta dispor uma ao lado da outra e usar os próprios parafusos dos pisos para prendê-las duas a duas pelos furos nas alturas correspondentes. Assim, elas se tornam muito estáveis, não cedendo nem aderando sob o peso das caixas.

7º passo – Documentação

Terminados os procedimentos e finda a marcação e acondicionamento das peças, todas as etiquetas provisórias, que asseguraram a manutenção da informação de origem das peças ao longo do processo, agora servirão de base para mais uma vez modificar e complementar o arrolamento. Inicialmente as colunas registradas foram 'Saco número', 'Identificação do embrulho', e 'Obs', às quais se acrescentou a 'Classe'. Agora se pode inserir como coluna de entrada a 'Marcação'. Também há que se acrescentar a coluna 'Caixa número' antes das 'Obs'. Além disso, os campos 'Saco número' e 'Identificação do embrulho' tiveram suas informações decodificadas para serem expressas agora pelos campos 'Nome do Sítio' e 'Coordenadas da peça'. Aparentemente, esses dois campos seriam descartáveis, mas um dos princípios elementares da documenta-

ção recomenda que não se descartem dados previamente obtidos, particularmente se eles não existirem em outros registros. Portanto, é prudente manter esse registro, posto que não se saiba quais as implicações da sua ausência no futuro. Reordenadas as colunas, renomeadas algumas e inseridas as novas o registro que se terá em mãos (tabela 3), agora não mais um arrolamento simples, mas sim um controle relativamente detalhado que será fundamental para a elaboração do “livro de registro” e das “fichas descritivas” das peças.

Tabela 3: Arrolamento

Marcação	Nome do sítio	Coordenadas da peça	Classe	Caixa número	Saco número	Identificação do embrulho	Obs
PP.01	Piragiba	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	1	01	A 01	
PP.02	Piragiba	xxx.xxx/x.xxx.xxx		1	01	A 02	
PP.03	Piragiba	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	1	01	A 03	
PP.04	Piragiba	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	1	01	A 03	
RE.01	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx		2	02	A 04	
RE.02	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx		2	02	A 05	
RE.03	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	2	03	B 09	
RE.04	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx		2	03	B 09	
RE.05	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx		2	03	B 09	
RE.06	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	2	03	B 10	
RE.07	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	2	03	B 11	
RE.08	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	2	03	B 11	
RE.09	Esperidião	xxx.xxx/x.xxx.xxx	Lítico	2	03	B 11	

Glossário

Ao fim da complementação do arrolamento a necessidade de um instrumento auxiliar se torna evidente. Trata-se do “glossário de preenchimento” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 89) cuja confecção destina-se a explicar cada um dos campos adotados, esclarecendo o que são e como devem ser preenchidos. Para o arrolamento que foi executado deve-se abordar cada uma das colunas. Além disso, o “glossário de preenchimento do arrolamento” explica a manutenção das colunas ‘Saco número’ e ‘Identificação do embrulho’. Portanto, para o caso em pauta os campos estão assim definidos:

- Marcação – Indica o código de marcação adotado pelo LADA, composto por duas letras maiúsculas separadas por um ponto da numeração arábica sequencial.
- Nome do sítio – Observar a designação dada ao sítio pelo pesquisador que realizou a coleta de campo arqueológica.
- Coordenadas da peça – Coordenadas oriundas da coleta de campo obtidas com o aparelho GPS (sistema de posicionamento global), expressas em UTM (unidades do

- sistema métrico para superfície terrestre).
- Classe – Nesse arrolamento existem duas classes: lítico lascado, indicado por LL e cerâmica indígena, indicada por CI.
 - Caixa número – Número da caixa arquivo de polionda onde está armazenada a peça.
 - Saco número – Informação oriunda da coleta de campo. Os artefatos foram trazidos ao laboratório em quatro sacos que foram numerados no LADA de 01 a 04. Assim, este campo indica em qual saco estava a peça no momento em que o acervo entrou do laboratório.
 - Identificação do embrulho – Código alfanumérico da coleta de campo composto por uma letra maiúscula e um algarismo arábico. Indica as condições em que foi trazido o acervo para o LADA. As peças estavam embaladas em papel jornal, cuja identificação se fazia por meio de uma fita crepe sobre a qual foi anotado o código alfanumérico. Tal registro corresponde às coordenadas geográficas em UTM obtidas com um aparelho GPS durante a coleta.
 - Obs (Observações) – Campo onipresente em todos os instrumentos da documentação museológica destinando-se a anotação de informações julgadas relevantes, não contempladas nos campos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática documental em laboratório é necessário criar procedimentos que permitam observar os princípios da documentação museológica. Sabemos que é necessário problematizar a interação entre museólogos e arqueólogos em suas atuações dentro e fora dos museus e/ou sítios. Precisamente sob esse intento, apresentamos os procedimentos como um dos vários casos para embasar o debate conjunto. Percorrendo tal senda, a prática aqui especificada remete aos princípios destacados por Maria Inez Cândido na clareza, exatidão, obediência às normas, elaboração de instrumentos de pesquisa e controle de terminologia (CÂNDIDO, 2006, p. 38). Ao mesmo tempo, os protocolos estipulados visam os objetivos e funções destacados por Helena Dodd Ferrez da conservação das peças e otimização do acesso aos objetos, bem como a conexão entre os usuários e as informações acerca do acervo (FERREZ, 1994, p. 68).

A passagem dos registros de campo para a forma normatizada adotada nos museus é um momento crítico na formação das coleções que poderão realmente ser fontes confiáveis de futuras pesquisas. Durante esse processo, um dos principais problemas a ser evitado é a perda da informação. No manuseio dos objetos em laboratório há riscos constantes, tais como: - a dissociação entre os dados anotados em campo e as peças a que dizem respeito, o que gera objetos sem referências; - e a confusão entre dados de peças diferentes, o que gera registros equivocados para um ou ambos os itens. O agente de tais erros é sempre o ser humano, tanto o arqueólogo, o museólogo responsável pela documentação, os auxiliares, os bolsistas e estagiários, bem como pessoas externas ao ofício que acessam e manipulam inadvertidamente os artefatos em processamento sobre as bancadas do laboratório. Portanto, a documentação deve ser realizada com atencioso zelo e em ambiente de acesso controlado. Informações extrínsecas aos objetos arqueológicos uma vez perdidas jamais serão recuperadas, reduzindo em muito o potencial científico de produção de conhecimento das coleções depositadas nos museus.

Como esperamos ter demonstrado no caso concreto, os procedimentos adotados desde a fase de coleta até a produção final do arrolamento de entrada dos acervos

foram organizados de forma progressiva e encadeados. Na medida em que o protocolo documental foi sendo executado, as informações foram, paulatinamente, acrescidas ao arrolamento por meio das rotinas criadas. Ou seja, buscou-se o agenciamento lógico entre a ampliação do controle com o aprofundamento do potencial informacional dos objetos, possibilitando a indexação e o retorno às informações documentadas, bem como aos objetos salvaguardados, na medida em que as informações selecionadas correspondem ao próprio contexto dos objetos. Noutras palavras, a indexação cria uma associação direta entre os objetos, sítios, documentação e local de guarda. Tendo como entrada qualquer um desses campos ou informações, pode-se acessar o conjunto dos dados, facilitando e reduzindo o tempo de busca dos acervos. Paralelamente, a produção do arrolamento se impõe como a primeira das ações de conservação nos objetos. O que queremos afirmar com essa síntese é que o protocolo aqui apresentado mostrou-se eficaz, economizou esforços, aumentou alcance das ações e uniu equipes distintas da museologia e da arqueologia na produção de um resultado comum. Consideramos que a realização contígua de uma documentação museológica com princípios arqueológicos desde os procedimentos iniciais de campo permite otimizar o sistema documental, impondo princípios de economicidade, eficiência, eficácia e celeridade na documentação.

INITIAL PROCEDURES OF DOCUMENTATION IN ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS IN LADA / UFRB

Abstract: the passage of field records to the standardized form adopted in museums and laboratories is a critical moment in the formation of collections that may actually be reliable sources of future research. During this process the main problem to be avoided is the loss of information. Based on the entry of an archaeological field collection in the Laboratory of Documentation and Archeology of the Federal University of Bahia Recôncavo (LADA / UFRB), this article focuses on this passage, showing the processing of the items in two biases: 1) the protocol of procedures practical parts management; 2) the museological documentary records generated during the processing of objects. The result of such routines is the preparation of a list of parts that ensures the maintenance of the field information, as well as consolidate the data produced during the procedures of registration of the collected collection.

Keywords: *Documentation Protocol. Laboratory Practices. Archaeological Collection Control.*

Notas

- 1 Aproveitamos duas turmas da disciplina 'Análise de Coleções Arqueológicas' do curso de Museologia para implantar, testar e aprimorar as práticas documentais aqui expostas. Cada turma era composta por 20 graduandos, supervisionada pelo professor e acompanhada por um monitor. Os 3 professores diretamente vinculados ao LADA têm formação de base em Museologia ou História com mestrado e doutoramento em Arqueologia.
- 2 Embora o termo corrente na Documentação Museológica seja 'inventário', optamos por 'arrolamento', por ser uma tabela simples e de rápida execução. Aos interessados nas definições recomendamos o site do CIDOC - Comitê Internacional de Documentação – ICOM.
- 3 Lascas e instrumentos líticos são utensílios em rochas para atender às necessidades diárias dos grupos pré-históricos. Inserem-se no cotidiano social nas funções práticas e míticas, sendo os objetos de maior durabilidade depois de abandonados.

- 4 A Tradição Arqueológica é uma classificação de artefatos por suas características, disposição espacial e temporalidade adotada no Brasil nos anos 60 do século XX, (MEGGERS; EVANS, 1970). A Tradição Arqueológica não corresponde a um grupo étnico passado, senão a uma linguagem comum entre os arqueólogos para rápida compreensão dos contextos arqueológicos (LINKE; ISNARDIS, 2008, p. 33).
- 5 Quando a coleta, o papel jornal e a fita adesiva eram opções simples e baratas para a proteção dos artefatos. Protegiam e amorteciam as peças no transporte de campo para o laboratório e não interferiam nas análises micro e macroscópica. De toda a sorte e à luz das novas diretrizes legais, hoje seus usos são proscritos por não serem inertes.

Referências

- BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. *Documentação museológica: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas arqueológicas / UFSM*. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- BARBUY, Heloisa. Os museus e seus acervos: sistemas de documentação em desenvolvimento. In: INTEGRAR. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, I, 17 a 21 de março, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 67-78.
- BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 287-292. 1996.
- BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: ACAM Portinari. *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.
- BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. *Enciclopédia Einaudi*, v. 16, Lisboa: Artes-Tonal / Atonal, 1989, p.11-47.
- CALDERÓN, Valentin. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul da Bahia: resultados preliminares do quinto ano 1969-1970. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 26, Belém, p. 141-156. 1974. (Publicações Avulsas).
- CALDERÓN, Valentin. A fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do terceiro ano 1967-1968. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 16. Belém, p. 161-172, 1969. (Publicações Avulsas).
- CALDERÓN, Valentin. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia: resultados preliminares do quarto ano 1968-1969. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 15, Belém, p. 163-174. 1971. (Publicações Avulsas).
- CAMARGO-MORO, Fernanda. Museu, aquisição-documentação: tecnologias apropriadas para a preservação dos bens culturais. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986, 320p.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. *Caderno de Diretrizes Museológicas*, n. 1. 2. ed. Brasília: Minc/Iphan/Demul; Belo Horizonte: Secult-MG/Sumav, 2006, p. 31-90.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 241-253. 2000.

- COSTA, Carlos Alberto Santos. *Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA*. Revista Eletrônica Jovem Museologia, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/76cd3d_b7be2f51347b4d-2c96bdd1f467358167.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um cheque em branco? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*, Belém, v. 1, n. 27, p. 115-131, 2014.
- DE SETA, Cesare. Objecto. *Enciclopédia Einaudi*, v. 3. Lisboa: Artes-Tonal/Atonal, 1989, p. 91-113.
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Cadernos de Ensaios: estudos de museologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 65-74. 1994.
- FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 291-301. 1995.
- HODDER, Ian. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, 236 p.
- LINKE, Vanessa; ISNARDIS, Andrei. Concepções estéticas dos conjuntos gráficos da tradição planalto, na região de diamantina, Brasil Central. *Revista de Arqueologia*, Belém, v. 1, n. 21, p. 27-43. 2008.
- MEGGERS, Betty Jane; EVANS, Clifford. *Como interpretar a linguagem cerâmica: manual para arqueólogos*. Washington: Smithsonian Institution, 1970, 222 p.
- MENSCH, Peter Van. O objeto como portador de dados. *Cuaderno de Museologia*, Lima, v. 1, p. 53-62, 1989.
- MESQUITA, Simone de Sousa. Conservação de objetos arqueológicos. *Mast Colloquia – conservação de acervos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, p. 175-180. 2007.
- PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. Coleção Estudos Museológicos, v. 2. Florianópolis: FCC, 2014, 71p.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Lisboa: Artes-Tonal/Atonal, 1989, p. 51-86.
- ROBERTS, Andrew. *Inventário e documentação: como gerir um museu: manual prático*. França: ICOM, 2004, p. 33-54.
- SCHIFFER, Michael Brian. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, Washington, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.